

Como se observa, em 1990, quando foram aplicados apenas US\$ 7,5 bilhões, as exigibilidades contribuíram com 53,22%, enquanto a poupança rural entrou com apenas 10,11% (comparado com 54,4% de 1989).

Depois de 1990, mais uma vez por conta do fracasso do plano, as exigibilidades caíram vertiginosamente para 22,52% em 1991, 12,29% em 1992 e 8,03% em 1993.

Ao mesmo tempo, a poupança rural readquiriu importância, tornando-se a maior fonte em 1991 (25,97%) quando foram aplicados

US\$ 8,9 bilhões, em 1992 (45,70%) com US\$ 8,2 bilhões e em 1993 (27,52%) com o financiamento total de US\$ 10,3 bilhões.

A participação dos Depósitos Especiais Remunerados (DER) reduziu a contribuição relativa da Poupança em 1992 e 1993. Igualmente, o Fundo de Commodities criado a partir de 1993, já naquele ano, tornou-se fonte importante de recursos, contribuindo com 19,89%.

Com a implantação da nova moeda lastreada em dólar a partir

de 1º de julho, é provável que no curto prazo não ocorram mudanças substanciais nas fontes de financiamento, a não ser um aumento na participação das exigibilidades, já que em economias estáveis cresce a participação dos depósitos à vista no PIB (em alguns casos ultrapassa 4%).

Com relação às outras fontes, a política de juros elevados que deverá acompanhar a implantação do Real, sem dúvida, contribuirá para a sua manutenção nos níveis atuais ou para uma possível expansão.

---

## Os Complexos Agroindustriais da Carne e o Desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina

---

Dirceu D. J. Talamini(1)  
Daniel I. Kinpara(2)

### 1. INTRODUÇÃO

A base do desenvolvimento agrícola do Oeste de Santa Catarina tem sido a produção, abate e processamento de suínos e aves, resultado da integração entre agroindústrias (privadas e cooperativas) e pequenos produtores rurais, geralmente com áreas menores que 30 hectares. De acordo com o Censo

Agropecuário de 1985, a maioria das propriedades do Oeste catarinense possuem áreas entre 10 e 20 hectares (32,8%), sendo que 95,2% dos estabelecimentos possuem área menor que 50 hectares.

Essa região tem se especializado na produção agropecuária, aumentando continuamente sua participação no valor gerado no estado. Esse crescimento tem sido mais

intenso na produção animal, o que levou a região a deter, em 1993, uma produção de 225.000 toneladas de carne de suínos e 614.000 toneladas de carne de frango, correspondendo a 85% e 93%, respectivamente, da produção total do estado para cada tipo de carne. Na região existem 11 unidades industriais de suínos e 10 de aves, empregando diretamente cerca de 25.000 funcionários.

Recentemente, um esforço tem sido realizado visando introduzir novas atividades agrícolas na região, como alternativas de emprego e renda à população rural e urbana, destacando-se o cultivo de frutíferas para a produção de sucos, a bovinocultura de leite e a piscicultura. Todas com o propósito final de sofrer algum processamento ao nível de agroindústria. A bovinocultura de corte, apesar de importante e antiga, não apresenta padrão de integração e nem os ní-

(1) Pesquisador da EMBRAPA-Centro Nacional de Suínos e Aves, Concórdia-SC.  
(2) Bolsista CNPq.

9700  
E21

BR0702277

veis de tecnificação comparáveis aos dos suínos e das aves.

O Oeste catarinense detém ao redor de 25% da superfície territorial e da população do estado, mas, em 1980, foi responsável por 54,2% do valor da produção agropecuária estadual. Entretanto, participava com apenas 13% do valor total da produção industrial, e com 20% do valor gerado pelo setor terciário do estado. Do ponto de vista de ocupação de mão-de-obra, 55% dela se dedicava ao setor primário, 18% ao secundário e 27% ao terciário.

No que se refere ao setor secundário, apesar da participação da região Oeste ser de apenas 13% no estado, esta destaca-se pela sua especialização na produção de alimentos, gerando, em 1980, cerca de 46% do valor estadual deste segmento. Este segmento é representado pela industrialização de suínos e aves, fabricação de rações, farinhas e óleos vegetais derivados principalmente do milho e da soja. Estas indústrias não apenas têm participação expressiva dentro do estado, mas, também, transferiram capital e "know-how" para outras regiões brasileiras, passando a ter marcada participação na produção de alimentos, especialmente do segmento de carnes e derivados ao nível nacional.

A suinocultura e a avicultura caracterizam-se por possuírem fortes relações intersetoriais e por uma utilização crescente de insumos de origem industrial, sendo exemplos do chamado Complexo Agroindustrial (CAI).

Apesar da designação CAI implicar certa imprecisão para caracterizar a integração agricultura-indústria, esta unidade analítica tem sido útil para o entendimento da evolução e desenvolvimento da agropecuária (MIRANDA COSTA & RIZZO, 1993).

Existem várias definições para CAI, variando desde aquelas que apenas consideram "a sucessão de atividades vinculadas à produção e

transformação de produtos agropecuários e florestais" (MUELLER, 1989), até os que incluem ainda o setor de distribuição dos bens obtidos e transformados da agropecuária (ZYLBERSTAJN, 1992).

Esta articulação do setor produtivo com o setor de insumos e bens de capitais e o setor de processamento, na opinião de DELGADO (1985), viabiliza a mudança de sua base técnica, elemento fundamental para o processo de modernização. Esta idéia é ainda compartilhada por MIRANDA COSTA & RIZZO (1993), que colocam que "a integração técnica agricultura-indústria via cadeias agroindustriais, ou através da dependência tecnológica à indústria, constitui a principal característica do processo de modernização" (p. 551).

Segundo DIAS (1993), a concentração agroindustrial numa região é uma pré-condição para a expansão acentuada da produção agrícola, passando a existir uma especialização regional em função da existência da estrutura agroindustrial, da sua política industrial e dos serviços de infra-estrutura por ela requeridos.

Com base nesse contexto, considerando a importância das cadeias agroindustriais da suinocultura e da avicultura para o desenvolvimento regional, pretende-se analisar alguns aspectos das mesmas.

## 2. A EVOLUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NO OESTE DE SANTA CATARINA

A colonização do Oeste catarinense ocorreu a partir do início deste século com a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, cortando o estado e acompanhando o Rio do Peixe. Isto propiciou a formação de povoados de imigrantes gaúchos ao longo da ferrovia, somando-se aos já existentes às margens do Rio Uruguai. Mais ao oeste, a colonização começou a partir de 1920, com imigrantes das regiões coloniais mais antigas,

também do Rio Grande do Sul. Predominaram colonos de origem italiana e alemã e, em menor número, descendentes de poloneses (CEPA, 1990).

Esses trabalhadores, à semelhança do que faziam em suas áreas de origem, dedicaram-se à produção de trigo, milho e suínos. O comércio de suínos vivos e banha foi estabelecido principalmente com o Rio Grande do Sul e São Paulo. Santa Catarina especializou-se continuamente na produção de suínos.

Na década de 40, foram fundados os três primeiros frigoríficos de suínos, todos no vale do Rio do Peixe, nas cidades de Videira, Joaçaba e Concórdia. Assim, iniciou-se a fase da industrialização, ainda que parcial, de suínos, onde os produtos principais eram a banha, a lingüiça e a carne salgada.

O advento do óleo vegetal como substituto da banha forçou, no final da década de cinquenta, a uma mudança na orientação da produção de suínos, que passa a buscar a produção de carne e não mais a de gordura. Esta tendência ainda perdura e a carne suína continua a ser matéria-prima para a elaboração de inúmeros produtos industrializados de maior valor agregado e com algum grau de diferenciação.

A mudança do tipo do produto demandado, passando da banha para a carne, exigiu que se mudasse também a tecnologia de produção. Houve a introdução de animais de raças especializadas na produção de carnes, com novos padrões alimentares e de manejo. Em meados da década de cinquenta, iniciaram-se em Concórdia os programas de fomento à suinocultura, ainda com a finalidade de incentivar o uso de novas tecnologias de produção. A integração propriamente dita surgiu na avicultura, no início da década de sessenta, após visita de técnicos das indústrias catarinenses às criações dos Estados Unidos. Este país liderou o desenvolvimento

tecnológico da moderna avicultura e a organização da produção sob a forma de integração indústria-produtores, modelo que foi amplamente difundido.

A integração, além de permitir que as agroindústrias obtivessem matéria-prima em quantidade e qualidade adequadas, ainda viabiliza o controle, produção e transferência, aos produtores rurais, de outros insumos importantes, tais como rações, concentrados, medicamentos, maquinarias e equipa-

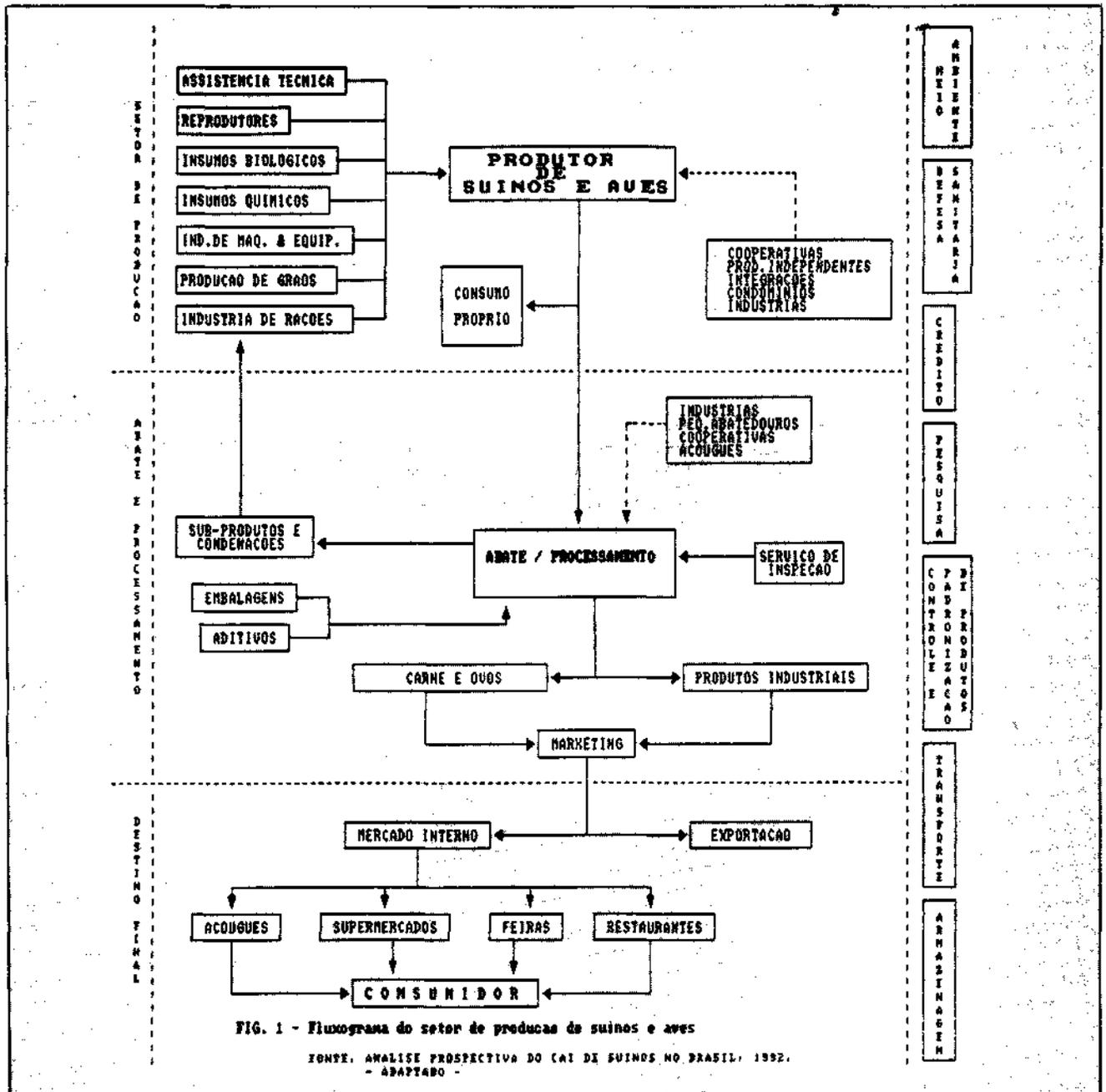
mentos, assim como a assistência técnica à produção. As vantagens de ordem econômica e estratégica da integração como forma de organização da produção, podem ser obtidas em MARQUES (1991).

### 3. INTER-RELAÇÕES NO "CAI" DE SUÍNOS E AVES

O que se procura mostrar neste artigo é que os CAI's de suínos e aves, devido ao uso intensivo

de insumos modernos tanto ao nível de propriedade rural como de processamento industrial, possuem um efeito positivo e dinâmico em outros segmentos da economia, conforme é expresso na Figura 1.

Maior detalhamento é apresentado no setor primário (ou de produção), indicando os principais insumos e agentes que participam no processo produtivo dos animais. Nota-se na coluna da esquerda da Figura 1, onde são apresentados os grupos de insumos que participam



da produção dos suínos e aves, que um dos insumos principais é a assistência técnica. No Oeste de Santa Catarina, existe uma força de trabalho considerável atuando na pesquisa, extensão, ensino e assistência técnica, representada por técnicos de diferentes formações e níveis, que perfazem entre engenheiros agrônomos, médicos veterinários, técnicos de nível médio e outros um total de 1.800 pessoas, sendo, destas, 1.178 ligadas a organizações privadas.

No caso da produção de suínos e aves, ela é realizada em sua maior parte por produtores integrados. Na avicultura, atuavam, em 1988, 4.799 produtores que respondiam por 100% da oferta de animais para o abate.

Para o mesmo ano, a suinocultura apresentava 24.056 produtores integrados, com uma média de 6 porcas criadeiras cada, produzindo cerca de 70% dos animais abatidos. A produção própria da empresa era de 16,3%, enquanto 14,3% eram oriundos de produtores independentes. A equipe de assistência técnica era de 280 pessoas.

Como a alimentação dos animais deve ser rica em energia, proteínas, vitaminas e minerais, esta demanda uma estrutura bem desenvolvida de produção de grãos, de concentrados protéicos e de rações, sendo o milho e o farelo de soja os ingredientes quantitativamente mais importantes na alimentação dos animais. A produção dos grãos, principalmente milho e soja, é realizada principalmente por produtores cooperativados. Existiam em 1988, no Oeste do estado, 41.522 produtores associados a cooperativas. Praticamente a totalidade do milho e grande parte da soja são consumidos na alimentação dos animais, não sendo errado dizer-se que a maior parte da atividade primária do Oeste de Santa Catarina relaciona-se à produção de suínos e aves.

O segmento de abate e processamento, foi dito anteriormente,

emprega diretamente 25.000 pessoas dos cerca de 50.000 que atuam no setor de transformação. Sabe-se que grande parte dessa mão-de-obra está no complexo da soja e de rações, o que adiciona importância ao CAI de suínos e aves.

Entretanto, não se deve esquecer que a atividade de produção de suínos e aves é complementada pelos setores produtores de máquinas e equipamentos, indústria de insumos agrícolas, transporte e distribuição dos produtos, reprodutores melhorados geneticamente, embalagens e outros.

#### 4. COMENTÁRIOS FINAIS

Procurou-se apresentar a experiência de desenvolvimento do Oeste do Estado de Santa Catarina, baseado nos CAI's da carne, fazendo os devidos encadeamentos com os subsetores produtores de insumos, os processadores de matéria-prima e os distribuidores para o consumidor final. As etapas da produção da matéria-prima e de sua industrialização ocorrem na região e o destino final dos produtos dá-se ao nível nacional e para a exportação.

É fundamental que se tenha a visão da importância dos complexos agroindustriais como agentes de desenvolvimento, pois são responsáveis por cerca de 50% do emprego de mão-de-obra ao nível mundial. O "agribusiness" constituiu-se, portanto, um dos maiores setores da economia mundial.

Este modelo de desenvolvimento tem proporcionado diferenças em relação a outras regiões do estado ou do País. Uma das mais importantes refere-se à proporção da população que ainda reside no meio rural, que era de cerca de 55% em 1990, contrastando com o Estado de Santa Catarina e o Brasil, que era ao redor de 32,0% e de 23,44%, no Rio Grande do Sul (IBGE, 1992; CEPA, 1992; FEE, 1992).

Isto indica que as pequenas propriedades familiares, desde que bem articuladas com o mercado e dedicando-se a atividades de alta densidade econômica (suínos e aves, por exemplo), têm melhores condições de manter as famílias no meio rural, proporcionando-lhes opções de sobrevivência. Essas atividades, por exigirem um fluxo contínuo de insumos e produtos até a unidade de processamento, geralmente localizada no meio urbano, demandam boa rede de comunicações, como estradas e telefonia rural.

O tamanho da população rural representa certo poder político, fazendo que o governo atenda suas reivindicações e também procure dotar o meio rural de facilidades disponíveis às famílias urbanas, tais como eletricidade, telefonia, saúde, educação e lazer. A melhoria das condições de vida também motiva as pessoas a permanecerem no meio rural.

#### 5. BIBLIOGRAFIA

Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 52, 1992. 1119p.

CEPA. Colonização e evolução econômica: breves considerações - Oeste Catarinense. Florianópolis (SC): Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. 1990. 35p.

DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Ícone, 1985.

DIAS, G. Avanços e perspectivas do agribusiness brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31., 1993, Ilhéus (BA). Anais... v. 2, SOBER, 1993.

MARQUES, P. V. Economia de integração vertical na avicultura de corte do Estado de São Paulo. Piracicaba (SP), 1991. 133p. (Tese de Livre Docência).

MIRANDA COSTA, V.H.M. de & RIZZO, R.A. A tendência à fusão agricultura-indústria como nova configuração na trajetória de alguns complexos. In: CONGRES-

SO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31., 1993, Ilhéus (BA). Anais. . v. 2, SOBER, 1993.

ZYLBERSZTAJN, D. P & D e a articulação do agrusiness. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 28, n. 3, p. 73-8, jul/set 1993.

---

## Custos e Benefícios Sociais de uma Política de Garantia de Renda para a Agricultura

---

Maria Hellen F. León Kam-Chings (1)  
Erlly Cardoso Teixeira (2)

### 1. INTRODUÇÃO

Parcela considerável da agricultura brasileira é constituída pela pequena agricultura produtora de arroz, feijão, milho e mandioca, alimentos básicos da população. Segundo o Censo Agropecuário de 1985, 37,38% da produção de arroz; 64,67% da produção de milho; 78,81% da produção de feijão e 85,35% da produção de mandioca originam-se de propriedades de até 100 ha.

Uma característica fundamental da agricultura, em países menos desenvolvidos, é a extrema variabilidade de sua produção e de seus preços, resultando, daí, considerável instabilidade da renda agrícola.

Além dessa variabilidade, frutadas condições de mercado, a

agricultura muitas vezes vê-se penalizada com políticas que transferem renda deste setor para o setor não-agrícola. No Brasil, a transferência de renda da agricultura ocorreu a taxas anuais médias próximas de 40%, no período de 1960 a 1992 (LOPES, 1993). Essa transferência promoveu o empobrecimento da agricultura, principalmente da pequena agricultura produtora de alimentos, cuja renda "per capita" é apenas 25% da do setor não-agrícola.

Dado este quadro de empobrecimento do setor, o aumento da produção de alimentos e a garantia do abastecimento interno somente serão possíveis com recomposição do capital da agricultura produtora de alimentos.

Esses objetivos poderão ser atingidos mediante implementação de políticas de garantia de renda dirigidas para os pequenos produtores rurais. Por meio dessa implementação, os produtores poderão investir em tecnologia, o que reduzirá seus custos de produção, gerando maior oferta de alimentos e matéria-prima a preços mais baixos. Adicionalmente, os investimentos agrícolas proporcionarão maior demanda de insumos industriais e de trabalho.

A política de garantia de renda proposta tem como público meta os pequenos produtores de alimentos básicos: arroz, feijão, mandioca e milho. Essa garantia de renda realiza-se a partir da determinação de um **preço-meta**, calculado como a média dos últimos 60 (sessenta) meses, excluídos os anos de média mais alta e mais baixa, dos preços reais recebidos na atividade considerada. Política semelhante, vigente nos Estados Unidos e no Canadá, é examinada por HARRINGTON e DOERING III (1993).

A transferência de renda aos agricultores será feita por meio do pagamento, pelo Governo, da diferença entre o **preço-meta** e o preço de mercado. Assim, os pequenos produtores obterão segurança, rentabilidade e recursos financeiros

---

(1) Professora Auxiliar da Universidade do Amazonas e estudante de doutorado do Departamento de Economia Rural/UFV.  
(2) Ph. D., Professor Titular da UFV, Departamento de Economia Rural.

E13